

DE CLEMENTIA: A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO PRÍNCIPE IDEAL DE SÊNECA

Jéssica Luiza da Silva Guimarães¹

Resumo: Este artigo buscar analisar como o filósofo estoico Sêneca construiu a imagem de príncipe ideal para o seu jovem pupilo Nero. No *Tratado Sobre a Clemência*, Sêneca orientava o príncipe através dos exemplos de seus antecessores da família julio-claudiana, a agir de forma a ser um bom governante. O príncipe deveria utilizar suas virtudes, sendo a principal delas a clemência, que de acordo com Sêneca, se relacionava diretamente com a ideia de justiça.

Palavras-chave: Sêneca; Nero; Clemência; Império Romano; Augusto.

OF CLEMENTIA: THE CONSTRUCTION OF THE IDEAL PRINCE BY SENECA

Abstract: This article seeks to analyze how the Stoic philosopher Seneca built the ideal prince image for his young pupil Nero. In the *Treaty of Clementia*, Seneca guided the prince through the examples of his predecessors of the Julio-Claudian family, to act in order to be a good ruler. The prince should use his virtues, chief among them clemency, which according to Seneca, was directly related to the idea of justice.

Keywords: Seneca; Nero; Clemency; Roman Empire; August.

Introdução

Lúcio Aneu Sêneca nasceu em Córdoba por volta do ano 4 A.E.C. e 1 E.C. Foi conhecido também como ‘Sêneca, o Moço’, ‘o Filósofo’ ou ainda ‘o Jovem’. Era proveniente de uma família abastada e mudou-se para Roma ainda criança. “Talvez por motivos de saúde, Sêneca transferiu-se, por volta do ano 20 E.C. para Alexandria, no Egito, de onde retornou no ano 31. Quase aos quarenta anos iniciou carreira como orador e político, no cargo de questor, tendo em seguida ingressado no Senado”. (LOHNER, 2017, p.1). “A trajetória social de Sêneca apresenta um aspecto singular: rico cidadão de uma província do Império Romano, a Andaluzia, ele alcança não só um lugar no Senado, como o título de cônsul” (VEYNE, 2016, p. 7). No ano 41, por conta das intrigas palacianas, Sêneca, acusado de cometer adultério com Júlia Lúvia (bisneta de Augusto e irmã do imperador Calígula) por Messalina (esposa do imperador Cláudio), é condenado à morte pelo Senado. Porém, por intercedência do próprio imperador Cláudio (10 A.E.C.

¹ Graduada em licenciatura em História pela Universidade Veiga de Almeida (UVA). Atualmente cursa pós-graduação em Psicopedagogia educacional pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e em ensino de História pelo Colégio Pedro II (CPII). E-mail: guimaraes-luiza@hotmail.com

– 54 E.C.) a pena de morte é convertida em exílio de oito anos na Ilha de Córsega. “A razão mais provável para sua condenação, suponho, foi a importância que esse arrivista adquiriu nos círculos do poder e que o indispos com o novo soberano” (VEYNE, 2016, P. 28). No período em que esteve em exílio, Sêneca aplicou-se aos estudos e à produção de obras literárias. Após a morte de Messalina, a nova esposa do imperador Cláudio, sua sobrinha Agripina Menor (15 - 59 E.C.), interviu a favor do retorno de Sêneca, em 49, e o instituiu como preceptor de seu filho Nero (37 – 68), então com doze anos; e elevou-o a pretor em 50. Morto Cláudio em 54, Nero foi nomeado seu sucessor e Sêneca tornou-se o principal conselheiro do jovem príncipe. Seguiu-se um período de equilíbrio político que durou cinco anos (LOHNER, 2017, p.1).

Em 54, Sêneca escreveu o discurso de posse de Nero. Em 56, por volta de um ano e meio após sua posse, Sêneca escreveu o tratado político *De Clementia* que se destinava ao então imperador Nero. Este tratado político-filosófico também tinha a função de informar à opinião pública que Nero era o príncipe ideal para os romanos. Neste tratado, Sêneca apresenta suas ideias políticas baseando-se em um ideal definido por virtudes, o filósofo estoico argumenta que o poder não corrompe se estiver de acordo com a lei da natureza. Defende uma forma de monarquia autoritária que buscasse a manutenção da paz, como um bom modelo de governo, desde que fosse comandada por um bom príncipe, como fez Augusto em seu principado.

Desta forma, Augustus (adjetivo com amplo campo semântico: nobre, venerável, sagrado, podendo ser associado a augere, aumentar, engrandecer) é o *auctor perpetuo*, o fiador da paz, da estabilidade, da segurança e da ordem. Todos estes atributos fazem do príncipe um modelo ideal de justiça e moralidade. (SILVA, MENDES, 2006, p. 40)

O príncipe, por sua vez, para ser bom governante, deveria possuir certas virtudes, entre elas a bondade e sobretudo a clemência. Sendo esta última, elemento imprescindível para a obtenção de êxito no exercício do poder imperial. De acordo com Sêneca, a clemência se relacionava diretamente com a ideia de justiça. Este tratado “propunha um novo pacto político que, passasse uma borracha nos mal-entendidos e erros do passado e refundasse o cesarismo sobre bases saudáveis” (VEYNE, 2016, p. 28).

Sêneca deixa claro em seu tratado que o modelo de príncipe digno de ser copiado seria o de Augusto:

Depois do ano 27 a. c., Augusto tende a consolidar o novo regime, chegando sem riscos, no ano 23 a. c., a uma nova e definitiva ordem constitucional. Havendo renunciado ao consulado, foi-lhe atribuída uma *tribunicia potestas* vitalícia (é duvidosa a sua relação com atribuições anteriores mais ou menos análogas) e um *Imperium proconsulare maius et infinitum* que lhe dava também preeminência sobre os próprios governadores das províncias senatoriais e lhe era concedido para sempre. O principado fica assim definido em suas formas jurídicas; excetuam-se episódios como o da atribuição do título de *pater patriae*, decretado pelo Senado a favor de Augusto no ano 2 da nossa era, sendo-lhe também dada a atribuição da *cura legum et morum*. À soma de poderes acumulados nas mãos de Augusto, ornado também desde havia tempo com o título de *imperator*, se acrescentavam os cargos religiosos como o de pontífice máximo. Não se esqueça ainda o culto de seu *genius*, embora ele tenha procurado sempre evitar sua divinização enquanto vivo. (BOBBIO, MATTEUCI, PASSQUINO. 1990, p. 993)

Desde o governo do primeiro imperador, Otávio Augusto (63 A.E.C. – 14 E.C.) Roma vivia um período de paz e estabilidade. Apesar do povo romano execrar a ideia de um retorno à monarquia (porque isso lembrava a submissão de Roma aos etruscos – que forma os últimos reis de Roma), aceitaram o principado augustano, pois esse representava a sobrevivência da república. Os anos do principado representaram o auge da economia romana. De acordo com Alföldy:

Não era simplesmente uma época de esplendor da história política de Roma, em que o *Imperium Romanum* alcançou sua máxima extensão geográfica e as tanto dentro quanto mais nas fronteiras do estado do tempo reinou a paz, desta vez, em algum sentido representou o apogeu da história da sociedade romana. (ALFÖLDY, 1989, p. 65)

A vida política dos governantes da dinastia Júlio-claudiana foi marcada por frequentes brigas com o Senado. No contexto do principado de Nero, alguns fatores corroboravam mais com a desconfiança da aristocracia senatorial romana. Entre eles, a adoção de Nero pelo imperador Cláudio por solicitação de sua mãe, Agripina, e a morte do filho de Cláudio, Britânico (41 – 55 E.C.), pouco antes da ascensão de Nero ao trono imperial.

Portanto, em um ambiente carregado por um certo mal-estar social e de uma literatura denunciadora dos maus hábitos romanos, visualizar-se-á um autor construindo um receituário de aconselhamentos morais e políticos para reis e príncipes, extensivo a todos os habitantes do império. (EHRAHARDT, 2001, p. 35)

Sêneca escreveu o tratado de modo a fazer política a favor de seus próprios interesses e do príncipe Nero. Sêneca era integrante do Senado e da aristocracia, amigo e preceptor de Nero, e pretendia influenciar a opinião pública, queria que acreditassem que Nero era de fato um bom candidato para governar o império romano. Esta imagem ficava por conta do filósofo estoico que além de ter escrito e divulgado o *Tratado sobre a Clemência*, também escrevia os discursos que Nero deveria proferir no Senado e o orientava no que diz respeito aos rumos do império romano. Outro preceptor de Nero foi Afrânio Burrus (5 – 62 E. C.), militar romano de origem gaulesa, que juntamente com o filósofo Sêneca, era responsável pelas orientações dadas ao príncipe nos primeiros anos de seu governo. Em seu tratado, Sêneca utiliza os bons e maus exemplos deixados sobretudo por Otávio Augusto e Júlio César, para delinear o perfil do que deveria ser seguido pelo jovem imperador para que fosse um bom príncipe, evitando repetir os erros cometidos no passado por outros imperadores.

O escrito de Sêneca é situado no contexto mais amplo do Principado e naquele mais específico do governo de Nero (54-68). Ao lançar as bases do Principado, Augusto construiu um modelo de exercício do poder imperial que pautou o governo dos imperadores subsequentes e, por conseguinte, serviu de parâmetro para as reflexões sobre a natureza desse poder. É o caso do *De Clementia*, em que Sêneca recorrentemente remete a Augusto como referência para delinear as características de que se deveria revestir o poder de Nero. (JOLY, 2007, p.1)

Sobre o *Tratado sobre a Clemência*

O *Tratado sobre a Clemência* é produzido por Sêneca no ano 56 E.C. Este tratado é endereçado ao seu pupilo, o jovem imperador Nero que acabara de assumir o trono com apenas dezessete anos de idade. Existe grande discussão entre os especialistas sobre a composição do tratado *De Clementia* e o estado de conservação no qual o texto latino foi encontrado. O tratado é iniciado com um prólogo. Ao fim deste prólogo, existe um sumário que indica os assuntos que deveriam ser tratados, e informa que a obra será dividida em três partes e o conteúdo do texto do primeiro livro está mutilado. Existem teses que afirmam que Sêneca não teria concluído o tratado; que o livro representa apenas uma das três partes anunciadas no sumário ou que o livro só possui a primeira parte e os primeiros sete capítulos do segundo livro. Para análise do tratado, seguiremos o texto estabelecido por François Préchac (1967), que afirma que apesar das mutilações sofridas

ao longo do tempo pelo texto latino, a obra foi concluída pelo filósofo estoico e chegou até nós completa.

“Sêneca é a voz de um período histórico tenso; ele é a voz que fala para e contra uma sociedade aristocrática, culta e em perpétuo sobressalto” (VEYNE, 1993, p. 15). Sêneca escreve o *Tratado sobre a Clemência* para informar ao povo romano, sobretudo à elite aristocrática senatorial (que deveria ser persuadida para aceitar o jovem príncipe que acabara de ascender politicamente), que seu pupilo Nero, desde sempre educado sob os princípios caros aos romanos e também pelos princípios estoicos e virtuosos de seu preceptor, seria o melhor líder que o império romano poderia ter naquele momento conturbado da Roma Imperial (tendo em vista a sua ascensão suspeita e como o público, principalmente os senadores poderiam reagir).

O Senado está presente em Roma desde os tempos monárquicos. Era a instituição mais importante da república e permaneceu assim no principado, por ser constituída sobretudo pela aristocracia, que juntamente com os cônsules, discutiam e analisavam as leis antes de apresenta-las ao povo romano. Também era responsável pela manutenção da *pax deorum* (concordia entre os homens e os deuses), as finanças e a administração do espaço público, entre outras atividades. Como podemos ver a seguir, de acordo com Cícero, os cônsules possuíam um grande poder que era compartilhado entre eles, mas nada poderia ser definitivamente aprovado sem antes passar pela aprovação do Senado:

(...) a República se regia; os cônsules exerciam uma potestade temporal e ânua, mas régia pelas suas prerrogativas e natureza. Conservava-se o mais essencial, que consistia em que nada pudesse aprovar daquilo que resolvesse junto ao povo sem que os nobres no senado, com sua autoridade, o sancionassem (CÍCERO, Da república, II,32)

O imperador Tibério, acusado de mandar assassinar seu general Germânico, foi afastado do poder pelo Senado e substituído pelo filho de Germânico, Calígula. Este, por sua vez, dentre outros excessos (que incluíam assassinatos por desavenças), chegou a nomear seu cavalo, Incitatus, como cônsul; foi assassinado após uma conspiração da guarda pretoriana e do Senado e substituído por seu tio, Cláudio. Podemos perceber, a partir destes poucos exemplos, o tamanho da influência da aristocracia senatorial romana em relação aos governantes do império. Quando não eram contemplados pelas escolhas políticas do imperador ou percebiam que o mesmo estaria passando dos limites e

ameaçando a existência da aristocracia, os senadores conspiravam para retirar o imperador, através de golpes de estado ou até mesmo assassinatos. Dessa forma, podemos compreender a razão pela qual o filósofo Sêneca escreve seu tratado atribuindo-lhe função pedagógica. Tanto para a opinião pública quanto para o próprio Nero, que tendo herdado o poder do império tão jovem, precisava saber quais ações eram virtuosas e deveriam ser praticadas ou não para prosperar em seu governo realizando, sobretudo, a manutenção da paz. Pois, esse foi o principal legado deixado Por Augusto em seu Principado: a *pax romana*. Sêneca desejava também melhorar a imagem e o prestígio do imperador para sua época e para o futuro.

No trecho a seguir, Sêneca configura que o príncipe é eleito antes de tudo pelos deuses para governar (como a mentalidade religiosa da época acreditava), desempenhar na terra o papel de árbitro da vida, manter a paz e fazer a guerra quando considerar necessário, pois ele está no comando de todos:

Será que por acaso eu, entre todos os mortais, agradei e fui eleito para desempenhar na terra o papel dos deuses? Eu sou o árbitro de vida e morte desta gente. Está em minhas mãos a qualidade da sorte e da posição que cabe à cada pessoa. Por minha boca, a Fortuna anuncia o que deseja que se reserve a cada mortal. A partir de nossa resposta, povos e cidades reúnem motivos de regozijo. Nenhuma região jamais floresce a não ser com a minha aprovação e condescendência. Todos estes milhares de espadas, que a minha Paz reprime, serão desembainhados a um simples aceno meu. (SENECA, Sobre a Clemência, I,2)

O filósofo Sêneca inicia o *Tratado Sobre a Clemência* mostrando que o príncipe é o eleito dos deuses para governar na terra, e que dessa forma, seu poder deve sempre ser respeitado, pois é a ordem natural da vida. E desrespeitar a vontade dos deuses poderia provocar a ira dos mesmos. “A deificação desse regente e os exemplos de lealdade praticados em decorrência de sua divinização são os pilares do império”. (EHRAHARDT, 2001, p. 56). Essa ideia presume que determinadas pessoas possuem virtudes e outras não possuem, dessa forma, uns nascem para governar e outros para serem governados, pois essa é a vontade dos deuses e deve ser respeitada pelo bem do império. Ainda sobre o príncipe, de acordo com Sêneca:

Em *Carta Consolatória* endereçada a Políbio, ressalta o papel do príncipe entre os homens, no qual “não há ninguém melhor do que ele

para ocupar este papel de consolar; se ele fala, as suas palavras terão um outro peso, como se envolvidas por um oráculo: a sua divina autoridade esmagará toda a força de tua dor”; ou ainda na mesma carta no qual “(...) este príncipe, que foi outorgado à decadente humanidade, seja por ela considerado sagrado”. (EHRHARDT, 2001, p. 55)

Assim, o príncipe é o escolhido dos deuses e possui direito sobre a vida e a morte de seus súditos. Por isso, é necessário que tenha inocência e seja clemente, para que não puna seus súditos desnecessariamente como um tirano. Além de esforçar-se para preservar vidas, Nero para ser um bom príncipe, deveria acautelar-se para não criar inimigos, pois, de acordo com Sêneca, aqueles que são mortos pelo príncipe deixam familiares e amigos dispostos a se vingarem, e isso não é saudável para o príncipe nem para o seu governo. *Quinquennium Neronis* é o nome dado ao início do governo neroniano, período da quase onipresença de Sêneca no poder do império romano, e seu governo era nitidamente inclinado à uma conduta pacífica do império, evitando abusos, freando alguns excessos e refreando o número de festins públicos. Orientado por seu preceptor estoico, Nero declarou ao público, ainda no início de seu governo que iria reinar sobre Roma conforme os preceitos de Augusto, de acordo com Suetônio:

Na ânsia de dar uma ideia mais nítida do seu caráter, após haver declarado ‘que reinaria de acordo com os princípios de Augusto’, não perdeu nenhuma ocasião de demonstrar a sua liberalidade (*liberalitas*), sua clemência (*clementia*) e até mesmo sua amabilidade (*comitas*). Aboliu ou diminuiu os impostos mais pesados. Reduziu a um quarto os prêmios concedidos aos relatores pela lei Pápia. Depois de ter distribuído ao povo quatrocentos sestércios por cabeça, estabeleceu para os senadores mais nobres, porém sem fortunas, um ordenado anual que montava, para alguns, até cem mil sestércios. E, da mesma forma, às cortes pretorianas, uma ração de trigo anual gratuita. (SUETONIO, A vida de Nero, X)

De acordo com o filósofo estoico, o principado de Nero era tão bom que os romanos não se lembravam de outros tempos tão prósperos, nem comentavam mais sobre os brilhantes feitos do imperador Otávio Augusto (63 A.E.C. – 14 E.C.) e do imperador Tibério César (42 A.E.C. – 37 E.C.) - que seriam uma continuação da idade do ouro -, dada a importância e o bom governo realizado pelo jovem príncipe Nero.

Ninguém fala mais do divino Augusto, nem dos primeiros tempos de Tibério César, nem querendo imitar um modelo, procura outro além do teu: avalia-se o teu principado por esta prova. Isto teria sido difícil se a

bondade não fosse natural em ti, mas encenada de vez em quando.
(SENECA, Sobre a Clemência, I, 6)

Seu governo era bom porque Nero era um príncipe inocente e bondoso, mesmo que houvessem ocasiões em que sua bondade e inocência precisassem ser encenadas para manter sua boa imagem. Sêneca utiliza exemplos das ações de Augusto como modelo de orientação que Nero deveria seguir em seu governo.

(...) quero lembrar-te com um exemplo de tua família. O divino Augusto foi um príncipe meigo, se alguém começasse por avalia-lo pelo período do seu principado. Porém, no período de perturbação geral do Estado, empunhou a espada quando tinha a idade que tu tens agora, tendo começado seu décimo oitavo ano de vida. Tendo passado seu vigésimo ano, já tinha enterrado o punhal no peito de seus amigos, já tinha procurado golpear traiçoeiramente o flanco do cônsul Marco Antônio e já tinha sido seu colega de proscições. (SENECA, Sobre a Clemência, VII,1)

Otávio Augusto, como outros césares predecessores a Nero, sucumbiu “à psicose de expurgar o Senado por meio de assassinatos judiciários” (VEYNE, 2016, P. 18). O filósofo estoico afirma que Augusto quando tinha a idade de Nero foi impulsivo e deixando-se levar pela ira utilizou-se da força e do poder que sua condição de príncipe o concedia para livrar-se de desafetos, quando poderia ter preservado vidas aplicando sentenças mais brandas quando possível. Entretanto, quando estava mais velho, Augusto foi um bom príncipe; um deus pela postura clemente que adotou, seguindo, de acordo com Sêneca, um conselho de sua esposa Lúvia:

Aceitas um conselho de mulher? Faze o que os médicos costumam fazer, quando os remédios habituais não dão resultado: tentam remédio contrários. Até agora não conseguiste nada com a severidade. (...) Tenta, agora, como a clemência poderia favorecer-te. Perdoa Lúcio Cina. Ele foi apanhado. Já não pode prejudicar-te mais, porém, para tua reputação, pode ser útil. (SENECA, Sobre a Clemência, VII,6)

Dessa forma, Lúvia estimulou Augusto a perdoar aqueles aos quais queria castigar e junto a isso, acrescentou a reputação de Augusto a clemência, que a partir de então, passou a pautar sua gestão em relação aos opositores. Sêneca questiona Nero no *Tratado Sobre a Clemência*: “teu trisavô perdoou os vencidos. Pois, se não tivesse perdoado, sobre quem imperaria? ” (SENECA, Sobre a Clemência, VII,I,10). Augusto perdoou os vencidos e sobre eles exerceu seu império. O uso da clemência garantiu ao governante

salvação e segurança, e lhe trouxe a gratidão e estima do povo. Quando era necessário aplicar punições aos que cometiam delitos, de acordo com Sêneca, Augusto fazia com pesar e aparentava sofrê-las. Porém, para Sêneca, a clemência de Augusto nada mais era do que uma crueldade frouxa. “A verdadeira clemência, César, é esta que tu desempenhas, e que, não tendo arrependimento de sevícias praticadas, começa sem qualquer mácula”. (SENECA, Sobre a Clemência, IX,2). Podemos assim, perceber que Sêneca acredita que a verdadeira clemência é a que se inicia com o Nero, que está sob seus ensinamentos. Pois ele é um jovem que não possui um passado de tirania sobre os seus adversários e não possui as mãos sujas com sangue de inocentes.

Para o rei, Nero, não existe nenhuma glória proveniente de uma condenação brutal (pois quem duvida de seu poder?), mas, ao contrário, sua glória será muito grande, se contiver sua violência, se resgatou muitos da cólera alheia, se não aplicou a ninguém a sua própria. (SENECA, Sobre a Clemência, XV,I,17)

Segundo Sêneca, Nero, apesar de ter muito poder como imperador, não teria se deixado corromper pelos exemplos dos príncipes precedentes e possuía bondade e discernimento que o permitiam ser clemente e dessa forma poupar vidas inocentes. “Preservaste, César, a nação sem sangue, e o fato que tanto glorificou teu grande espírito é que não derramaste nenhuma gota de sangue humano em todo o mundo” (SENECA, Sobre a Clemência, IX,3). Para Sêneca, Nero deveria se portar de maneira exemplar:

O príncipe estabelece os bons costumes da nação e lhe dilui os males, se é paciente em relação a eles, não como se os aprovasse, mas como quem chega a castigar constrangido e com grande tormento. A clemência mesma do soberano provoca vergonha de delinquir, e a punição estabelecida por uma pessoa meiga parece ser muito mais pesada. (SENECA, Sobre a Clemência, XX,I,22)

O autor do tratado defende que Nero é um príncipe possuidor de virtudes inatas como a bondade e a inocência. No trecho destacado acima, Sêneca declara que o bom príncipe é paciente e quando deve punir indivíduos, o faz com mal-estar. E que os indivíduos que são punidos por um príncipe bom, meigo e que não se alegra em estabelecer punições, sentem um peso maior. Sêneca questiona “que diferença há entre um tirano e um rei? A não ser pelo fato de que os tiranos são cruéis por prazer e os reis somente por motivo e necessidade?” (SENECA, Sobre a Clemência, IX,4). O rei dispõe

das mesma armas e poderes que um tirano, porém, as usa em defesa da paz e de preservar vidas. Os reis são virtuosos: sua clemência os diferencia dos tiranos. O filósofo também alerta em seu tratado que o príncipe que não poupa vidas, mesmo quando possível, cria problemas para si e para seu governo.

Assim, um só doente não perturba nem mesmo o seu lar. Mas, quando sucessivas mortes evidenciam que há uma epidemia, há clamor e evasão da cidade, e as mãos se estendem ameaçadoras contra os próprios deuses. Se aparecem chamas sob um único telhado qualquer, a família e os vizinhos jogam-lhe água; contudo, se o incêndio é vasto e já devora muitas casas, destrói-se uma parte da cidade para extingui-lo. (SENECA, Sobre a Clemência, XXIII,I,25)

Pois, os indivíduos que são vítimas da falta de comedimento do príncipe no que tange a aplicação das penas, sempre deixam pessoas próximas que podem vir a desejar abandonar a cidade por temer o príncipe tirano que os governa, ou mesmo, planejar vinganças que podem vir a abalar a paz que o príncipe deveria desejar manter para não desestabilizar seu governo e sua reputação. O autor continua:

Uma devastação natural segue o rastro de tal tipo de homem: ódios, venenos e espadas. É assaltado por tão múltiplos perigos quanto os muitos homens para quem ele próprio é um perigo; algumas vezes é cercado por conspirações particulares, porém, em outras ocasiões por revolta pública. (SENECA, Sobre a Clemência, XXIII,I,25)

Tais ocorrências poderiam gerar desestabilidade no governo. Assim sendo, o uso da clemência permite, pendendo as decisões mais difíceis sempre para o lado mais humanitário, que o infrator sofra sanções, mas que sua vida seja poupada. Quando o príncipe decide poupar vidas – ao invés usar da tirania que sua posição lhe permite ter –, ele demonstra aos seus cidadãos que é bondoso e clemente, e dessa forma é bem visto pela sua sociedade. De acordo com Sêneca:

A verdadeira felicidade consiste não em proporcionar salvação a muitos e, da própria morte, fazê-los retornar à vida, merecendo a coroa cívica pela clemência. Não há ornamento mais digno da proeminência do príncipe e nada mais belo do que a famosa coroa: “por ter salvo a vida de cidadãos”, nem os carros manchados de sangue dos bárbaros, nem os despojos obtidos na guerra. Este é um poder divino, o de salvar multidões e em massa. Na verdade, matar muitos e indistintamente é poder do fogo e da destruição. (SÊNeca, Sobre a Clemência, XXIV,I,26)

Para Sêneca, a principal virtude que o príncipe deveria possuir além da bondade era a clemência. Mas, a clemência do príncipe não deve ser entendida como uso trivial do perdão, como uma banalidade que pode ser utilizada a qualquer momento, “pois tanto é cruel perdoar a todos quanto a nenhum”. (SENECA, Sobre a Clemência, II,1) O bom príncipe deve evitar o derramamento de sangue sem critério de qualquer cidadão, para não se tornar um tirano com vício de matar inocentes. Mas, ser clemente, não significa que o bom príncipe deva perdoar a todos, pois quando houver necessidade, ele deve punir os maus.

Para que exista a clemência e para que ela seja aplicada da melhor forma possível é necessário que haja “um padrão, mas como todo comedimento é difícil, tudo que for além da equidade deverá pender para o lado mais humanitário”. (SENECA, Sobre a Clemência, II,2) A clemência é um ponto indispensável para que um governante tenha êxito no exercício do poder.

Não existe consenso sobre a origem da palavra *Clementia*, sabe-se que a noção é antiga, porém não pode ser igualada com as principais virtudes romanas ancestrais, como a *pietas*, *fides* e *constantia*. Se a *Clementia* fosse uma virtude presente na vida cotidiana do romano desde os primórdios, ela seria expressa de alguma forma nas atividades dos romanos ou teria descoberto um meio de ser valorizada pela propaganda popular.

Sobre a antiguidade da noção, temos referências em autores latinos, porém só da época de Cícero em diante. Por exemplo, Cícero menciona que Numa Pompílio viu na religião e na *Clementia* “os dois melhores meio de assegurar a permanência do Estado”. Metelo, nas cartas de Cícero, fala da *Clementia* como *maiorum nostrum clementia*. Aulo Gélcio afirma que Catão a considerava *utilitas publica*, já por volta de 168 a. c. (SENECA, Sobre a Clemência I,13)

Dessa forma, a *clementia* poderia ser um posicionamento político que poderia ter contribuído para a formação do Estado romano. Isto corroboraria com Virgílio (70 – 19 A.E.C.) quando diz: “Tu és romano, lembra-te de reger os povos sob teu governo. Serão estas as tuas artes: impor um regime de paz, poupar os vencidos e sujeitar os soberbos” (VIRGILIO, Eneida, VI, 885-888)

A *clementia* deveria ser aplicada a favor dos inimigos vencidos, que obrigatoriamente deveriam ser estrangeiros, e quando em determinadas ocasiões, pudesse

trazer vantagens políticas para o Estado romano. Dessa forma, a *clementia* se destinava à política externa romana. (SENECA, Sobre a Clemência, I,1)

Júlio César (100 A.E.C. – 44 A.E.C.) será o primeiro líder romano a praticar a política da *clementia*, e a transformá-la, de fato em uma virtude do governante romano. No decorrer das guerras civis romanas, Júlio César espanta a todos com a generosidade com a qual lida com seus opositores. Como afirma Sêneca:

César ofereceu postos de honra a inimigos vencidos esquecendo as ofensas recebidas. Exerceu um tipo de *clementia* que é, ao mesmo tempo, meio para obter vitória e revelação de uma virtude pessoal inteiramente sua. César e as guerras civis permitiram que a *clementia* fosse transferida do seu emprego como habilidade da política externa para a política interna de Roma. (SENECA, Sobre a Clemência I, 15)

É então, a partir do governo de Júlio César que a *clementia* se institucionaliza como habilidade necessária para a manutenção do jogo político Romano, não só voltada para a política externa, como também para a interna. O bom príncipe não deveria ser clemente apenas com os inimigos derrotados, para que estes se tornassem seus aliados. Também deveria voltar sua clemência para seus súditos, pois, o príncipe deve temer tanto quanto quis ser temido. A segurança no principado deve ser recíproca: o príncipe deve oferecer segurança aos seus súditos para se sentir seguro.

Podemos concluir que o filósofo estoico Sêneca entendia o momento politicamente conturbado pelo qual passava o regime imperial romano, desde os constantes embates dos imperadores com a aristocracia senatorial; passando pela desconfiança com o modo que ocorreu a ascensão de Nero ao trono, às inseguranças quanto ao futuro de seu governo e à continuidade do modelo político vigente.

Se embasando em sua filosofia, o estoicismo, Sêneca propõe uma série de medidas morais e virtuosas, um verdadeiro manual político que deveria ser seguido pelo jovem imperador Nero, a fim de que se tornasse um bom príncipe e reconquistasse a confiança da aristocracia senatorial e de seus súditos.

Dentre as virtudes elencadas pelo filósofo como necessárias para que o governo do príncipe prosperasse, e dessa forma, todos pudessem atestar que Nero era um bom príncipe, a principal era a *clementia*. A *clementia*, de acordo com o autor do tratado, tem

ligação direta com a ideia de justiça. Pois, o bom príncipe, seria aquele indivíduo que tendo sido escolhido pelos deuses, e utilizando suas virtudes, governaria em prol do bem comum. Deveria evitar derramamento de sangue inocente, e quando necessário punir fosse, deveria pender sempre para o lado mais humanitário. “Obedece-se melhor ao que manda com mais tolerância” (SENECA, Sobre a Clemência, XXII,1). Assim, através de sua clemência, seria um bom príncipe para governar o império romano e se afastaria de ser um príncipe tirano que pudesse desagradar o Senado e ser retirado do jogo político. Sêneca delinea o perfil de Nero e o divulga, visando sempre alcançar a percepção almejada em seus pares acerca de Nero: que ele é realmente possuidor de todas as virtudes caras à um hábil governante.

Documentação:

CÍCERO. **Da República**. Tradução de Amador Cisneros. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
SÊNeca. **Tratado Sobre a Clemência**. Petrópolis: Vozes, 2013.
SUETONIO. **Vida dos Doze Césares**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2012.
VIRGÍLIO. **Eneida**. Tradução de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Unicamp, 2005.

Referências bibliográficas:

ALFÖLDY, G.; **A história social de Roma**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
BOBBIO, N.; MATTEUCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 12 ed. Brasília: Ed. UnB, 1990.
EHRHARDT, M. L.; **Vir virtus: a construção da imagem do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.
MENDES, N. M.; **O sistema político no principado**. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M.; (Org.). *Repensando o Império Romano, perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 21-53. 2006.
VEYNE, P.; **A sociedade romana**. Lisboa: Edições 70, 1993.
VEYNE, P.; **Sêneca e o estoicismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
VIZENTIN, Marilena. **Imagens do poder em Sêneca: estudo sobre o De Clementia**. Cotia, SP: Ateliê Editorial/Fapesp, 2005. Resenha de: JOLY, F. D. História (São Paulo), Franca, v.26, n.1, 2007.